

## CUT e centrais reivindicam salário mínimo de R\$ R\$ 1.342 em janeiro de 2023



A CUT e demais centrais sindicais reivindicam que o salário mínimo de 2023 passe dos atuais R\$ 1.212 tenha para R\$ 1.342. O valor considera a inflação de 5,8% medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mais 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2020, mesma regra usada na Política de Valorização do Salário Mínimo, proposta pelas centrais sindicais no primeiro mandato do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2003, que foi enterrada pelo governo de Jair Bolsonaro (PL), em 2019.

Apesar de ter dado aumentos reais maiores do que os governos anteriores, foi a partir de 2007 que Lula passou a usar no cálculo do reajuste do salário a fórmula negociada com a CUT e demais centrais que levava em consideração o INPC mais o PIB de dois anos atrás. O texto da lei que instituiu a política foi aprovado pelo Senado em 2011 e sancionado pela presidente Dilma Rousseff.

Política de valorização d salário mínimo está na pauta das centrais sindicais que foi entregue a Lula

Em abril deste ano, sindicalistas da CUT e das demais centrais sindicais entregam a Lula a Pauta da Classe Trabalhadora, documento unitário das centrais aprovado na Conferência da Classe Trabalhadora 2022 (Conclat-2022), em 7 abril.

Há duas semanas, os dirigentes se reuniram novamente com Lula para reforçar a reivindicação. Eles falaram com o presidente eleito sobre a importância de ter, já em janeiro, a retomada da política de valorização do salário mínimo, que beneficia quase 57 milhões de trabalhadores e beneficiários da Previdência Social, segundo estimativa do Dieese.

“Temos de retomar uma negociação para definir uma regra que recoloca a política, como aquela aprovada e negociada entre as centrais e o então ministro do

Trabalho, Luiz Marinho, 2007”, disse o presidente da CUT, Sérgio Nobre, lembrando que, como presidente da CUT, Marinho encampou a luta pela valorização do mínimo, conseguiu o apoio dos companheiros das outras centrais, que juntos, fizeram longas caminhadas até Brasília, em 2004, para sensibilizar a sociedade e o Congresso Nacional sobre a importância da reivindicação.

Depois, segue o resgate da história o presidente da CUT, já como ministro do Trabalho, foi Marinho quem liderou a negociação com o governo e as centrais para firmar o acordo que firmou a política de valorização aprovada pelo Congresso anos depois.

“É enorme o impacto do salário mínimo valorizado para milhões de brasileiros e para a economia do país porque, além dos que ganham o piso, contribui para aumentar o valor dos salários dos trabalhadores e trabalhadoras que ganham um pouco mais que o mínimo, melhora o poder de compra dos beneficiários da previdência, e até dos que estão na economia informal por conta do aumento da massa salarial que eleva o poder de compra, a capacidade de consumir da população”, diz o presidente da CUT, que complementa: “Tudo isso demanda aumento da produção, o que também contribui para a geração de emprego decente”.

Fonte: CUT



## Direção da Conab oferece 18,43% de reajuste, mas exige que categoria abra mão de direitos



Após realizar uma Plenária Nacional Informativa nessa terça-feira, 20, Fenadsef, Fisenge e Asnab publicaram documento conjunto fazendo uma retrospectiva ampla do processo de negociações envolvendo Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023. Ocorre que, no momento, a direção da Conab tenta convencer os empregados a aceitar uma proposta de 18,43% de reajuste "desde que" a categoria aceite a retirada do SAS (Sistema de Assistência a Saúde) do ACT e aceite assinar proposta unilateral com a Geap.

A intransigente proposta da direção da Conab faz soar todos os sinais de alerta, principalmente porque uma alternativa bastante flexível foi apresentada no sentido de se formar uma comissão paritária que fizesse um debate amplo sobre o tema da assistência à saúde. Mas, a direção da empresa apresenta um percentual atrativo e, desse modo, tenta persuadir e iludir trabalhadores que, inegavel-

mente, precisam de reposição urgente em seus salários. Mas, para isso, terão que abrir mão de direitos importantes que podem representar enorme prejuízo não só para empregados, como para seus dependentes.

Prorrogado por quarenta vezes, o ACT 2017/2019 aguarda o desfecho de negociações complicadas que estão sendo mediadas pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) com atuação também do Ministério Público do Trabalho (MPT). Na última reunião bilateral a avaliação havia sido positiva, com TST e MPT apontando para uma necessidade de melhorias na proposta de reposição salarial feita pela Conab, bem como defendido a criação de comissões paritárias que tem trazido bons resultados aplicadas em empresas públicas.

No Informativo Conjunto, as entidades que representam empregados da Conab destacam que "a verdade é que pairam muitas dúvidas sobre as reais intenções da diretoria, que dificultou as negocia-

ções dos Acordos Coletivos de Trabalho durante anos, prejudicando os empregados ao tentar retirar direitos importantes, isso tudo em uma negociação às pressas, a poucos dias de uma troca de governo e contrariando as sugestões apresentadas pelo Ministério Público do Trabalho e pelo próprio Tribunal Superior do Trabalho".

### Quadro grave

As entidades lembram ainda que o plano de saúde Geap tem sido alvo de denúncias de corrupção, de rompimento de contratos unilateralmente, como ocorrido com a Dataprev que deixou funcionários daquele órgão completamente desassistidos. Por fim, as entidades apontam para um gravíssimo quadro e convocam empregados da Conab, diante do conjunto de documentos, incluindo atas de reuniões e mediação do TST, a refletirem para que possam entender qual a justificativa da intransigência da direção da Conab com relação a um tema tão sensível: a assistência à saúde dos empregados e seus familiares.

O mínimo que se espera é transparência no debate de um tema tão importante e fundamental. A categoria exige respeito e enquanto parte diretamente afetada, deve ter o direito a participar dessa discussão, com representação assegurada, manifestando sua vontade e votando nas decisões importantes.

Fonte: Condsef